



Governo e Câmara fecham acordo para fim da 6x1 e 40 horas semanais

Ministros do governo Lula e lideranças da Câmara dos Deputados acordaram, ontem, quarta-feira (13), que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 deve contar com descanso remunerado de dois dias por semana, por meio da escala 5x2, além de reduzir a jornada semanal das atuais 44 para 40 horas.

Ficou acordado também que, além da PEC, será aprovado o projeto de lei (PL) com urgência constitucional enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para dar celeridade à pauta.

No caso do PL, ficou definido que ele vai tratar de temas específicos de algumas categorias, além servir para ajustar a atual legislação à nova PEC.

“Estabelecemos que o encaminhamento da PEC será pela redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, com dois dias de descanso, sem redução salarial. Nós queremos também fortalecer as convenções coletivas para que elas possam tratar das particularidades de cada setor”, informou o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Além de Motta, participaram da reunião o relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), junto com outros membros da Comissão Especial que debate o tema, além dos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, do Planejamento, Bruno Moretti, e das Relações Institucionais, José Guimarães.

O ministro do Trabalho Luiz Marinho comentou que o Brasil caminha “a passos largos” para aprovar a PEC no Parlamento “e delegando, para o projeto de lei, as especificidades para complementar a PEC”, de forma a valorizar a negociação coletiva e para que “as coisas fiquem redondas para trabalhadores e trabalhadoras, e também para todos os empresários”.

A Comissão Especial que analisa o tema se



comprometeu a votar o parecer da PEC relatado por Leo Prates no dia 27 de maio, com o tema seguindo para o plenário no dia 28 de maio. Se aprovado na Câmara, o tema segue para análise do Senado

A Comissão analisa duas PEC, uma do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e outra da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que vinham pedindo a redução da jornada para 36 horas semanais, além do fim da escala 6x1.

O governo defende votar o tema nas duas Casas ainda neste semestre, sem regra de transição, para que tenha efeito imediato. O tema foi a reivindicação principal dos atos do dia do trabalhador deste ano, o 1º de maio.

Se aprovada a mudança, o Brasil se soma ao México, Colômbia e Chile como mais um país da América Latina a reduzir a jornada de trabalho na atual década.

Seminário da CUT lança campanha permanente contra o feminicídios

Atividade híbrida marca adesão da CUT ao Pacto Nacional “Brasil Contra o Feminicídio” e apresentará ações da campanha “Pela Vida das Mulheres, a Luta é de Todos”

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)





Após 20 anos de luta trabalhadores do SUS conquistam novas diretrizes para carreira

Após mais de 20 anos de mobilização e debates, os trabalhadores e trabalhadoras da saúde pública conquistaram novas diretrizes para suas carreiras no SUS com a homologação da Resolução nº 799/2026 pelo Ministério da Saúde. Publicada no Diário Oficial da União, a medida cria as bases da chamada “Carreira Única Interfederativa do SUS”, estabelecendo parâmetros nacionais para os profissionais da União, estados e municípios.

A resolução foi construída a partir de debates nas conferências nacionais de saúde e nas negociações da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Entre os principais avanços estão a prioridade para contratação por concurso

público, criação de regras nacionais de progressão e promoção, valorização da qualificação profissional, incentivo à educação permanente e defesa da jornada de 30 horas semanais.

O texto também prevê remuneração estruturada, incentivos para atuação em regiões de difícil provimento, mecanismos de financiamento tripartite entre União, estados e municípios, além de medidas voltadas à saúde e segurança dos trabalhadores, com combate ao assédio e à violência no ambiente de trabalho.

A resolução busca ainda enfrentar problemas históricos do SUS, como a precarização dos vínculos empregatícios, alta rotatividade de profissionais, desigualdades salariais entre regiões e a dificuldade de manter trabalhadores em áreas periféricas e interioranas.

Apesar da conquista histórica, entidades sindicais avaliam que ainda existem desafios. A contratação por concurso público aparece apenas como prioridade, e não como obrigatória, além da adesão dos estados e municípios ocorrer de forma voluntária. Por isso, o movimento sindical defende continuidade da mobilização para garantir a implementação efetiva da carreira em todo o país.

Para representantes da CNTSS/CUT, a medida fortalece o SUS como política pública de Estado, amplia a valorização dos profissionais da saúde — categoria formada majoritariamente por mulheres — e representa um importante passo na luta por melhores condições de trabalho e atendimento mais qualificado para a população brasileira.

Com informações da CUT.